



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

#### **4. EDUCAÇÃO E CULTURA**

BRASILIA, 31 DE MARÇO DE 1965.

AO INSTALAR-SE A PRIMEIRA CONFEREN-  
CIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Bastaria a feliz coincidência de instalar-se a primeira Conferência Nacional de Educação justamente na data em que o País comemora o aniversário da Revolução para estar dispensado de dizer-vos da satisfação com que dou início aos vossos trabalhos.

É que, embora obrigado a atender várias tarefas administrativas que se destinam às necessidades do dia a dia, não deseja o Govêrno descurar de outras de resultados menos imediatos, e por isso mesmo menos presentes na opinião pública, mas na realidade importantes para o futuro da nacionalidade. E dentre estas nenhuma sobreleva a educação, principalmente o seu planejamento, objeto primacial da vossa reunião. Estou certo, aliás, de que serão grandemente benéficas as decisões tomadas por um conclave que conta com personalidades que são, a um só tempo, eméritos conhecedores dos problemas educacionais e responsáveis pela sua direção nos níveis nacional e estadual.

Na realidade, apesar de muitas das vossas deliberações poderem ter breve aplicação em nossa vida educacional, imagino que estais bem mais preocupados com o futuro, cujos rumos dependem, inevitavelmente, do que agora fôr decidido. Não preciso dizer-vos o que representa a educação como meio de realização do homem, nem o que ela significa, através do desenvolvimento técnico e científico, para a prosperidade nacional, nem necessito apontar o que constitui para a estabilidade das instituições democráticas, que reclamam crescente participação dos cidadãos na sua preservação.

Contudo, não posso deixar de lembrar a expectativa do Governo e, mais que isso, a própria esperança da Nação, no sentido de que nesta primeira conferência, bem como nas que se lhe seguirão nos próximos anos — se verifiquem as articulações e se elaborem as recomendações que contribuirão, de modo relevante, para a coordenação dos planos de ação que tornem mais rápida e mais fecunda a obra de expansão da educação brasileira.

Estarrecida ante os extremos a que, em órgãos e serviços ligados à juventude, atingira a corrupção e a subversão de agentes do poder público, a Nação adquirira a consciência de que a educação constituía um dos focos em que mais urgente se tornara uma presença saneadora. Daí os aplausos com que tem recebido os esforços do Governo para repor a ordem nesse importante setor da vida nacional.

A obra empreendida pelo Ministério da Educação neste ano de governo comprova a seriedade dos propósitos que o anima.

Prontas providências restauraram a autoridade das chefias administrativas, a autenticidade das decisões e a austeridade do emprêgo dos recursos públicos. O funcionamento das escolas voltou à normalidade, restabeleceu-se o princípio da descentralização e a autonomia dos sistemas de ensino, dimanação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Retomaram-se esforços para colocar a atividade educativa nacional dentro de planos e programas concebidos com objetivos definidos, que consistem em assegurar ensino primário gratuito a tôdas as crianças brasileiras e promover o acesso, cada vez mais amplo, aos níveis secundário e superior. De fato, a educação do povo e a elevação do seu nível cultural sô são os objetivos mais altos e as mais árduas tarefas que se nos apresentam.

E isso porque os impressionantes índices de nossas deficiências em todos os graus de ensino devem constituir motivação para o esforço comum da União, dos Estados e dos municípios, todos empenhados a fundo na batalha educacional.

Como tive ocasião de salientar — e não é demasia repeti-lo: nenhum problema mais sério e mais grave do que o do ensino primá-

rio, ainda vedado a cerca de metade das novas gerações brasileiras. Assim, ao mesmo tempo em que são elas privadas das possibilidades de progredirem, também a Nação deixa de contar, em sua plenitude, com o que elas representariam para a evolução econômica e social do País.

A universalização da educação primária, tida como instrumento de consolidação das instituições e fator de desenvolvimento, é, sem dúvida, o primeiro dever de uma verdadeira democracia. E hoje já se tornou intolerável a posição que, nas estatísticas mundiais, cabe ao Brasil.

Dai haver o Govêrno revolucionário deliberado estabelecer condições para o adequado equacionamento desse problema fundamental. De um lado, procurando aumentar os recursos disponíveis para o ensino primário, instituiu-se o salário educação, que certamente contribuirá para sensível diminuição do *deficit* de matrículas. Por outro lado, a fim de possibilitar o planejamento do ensino sôbre dados seguros, promoveu o Govêrno, em cooperação com os Estados, o primeiro censo escolar, pesquisa de relêvo indiscutível. E não há exagêro em dizer-se que as duas medidas acima mencionadas vieram preencher grave lacuna, permitindo à administração a rápida e definitiva erradicação da chaga do analfabetismo.

Assim, se tivemos tarefas mais prementes, como a do restabelecimento da dignidade na administração pública, a restauração das finanças e a preservação da ordem social, nenhuma delas excede em importância ao que se precisa fazer no campo educacional. É indispensável expandir o ensino em todos os seus graus, levando aos brasileiros, independente das suas condições sociais, as oportunidades adequadas à capacidade e às ambições de cada qual. Essa a concepção democrática. Concepção segundo a qual a humanidade da criatura reside na liberdade, fonte da dignidade e da solidariedade.

Espera, pois, o Govêrno que desta conferência, iniciada sob tão bons auspícios, surja, como síntese de pontos de vista convergentes, a formulação de uma autêntica estratégia de educação. A

formulação desses planos e a sua contínua revisão valerá como verdadeiro e incessante processo de renovação educacional, com o qual se completará e se projetará para o futuro a revolução de 31 de março.

Apraz-me, portanto, declarar instalada a Primeira Conferência Nacional de Educação e formular votos pelo bom êxito dos seus trabalhos.